

MEMÓRIA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENFERMEIROS

Lucia Esther Duque Moliterno

Vou contar a história da enfermagem com foco na Federação Nacional dos Enfermeiros. Tem um artigo publicado na revista Prazer em Conhecer, essa revista foi publicada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, contando um pouco da história da enfermagem brasileira.

Vamos começar no ano de 1926 quando foi fundada a primeira entidade representativa da categoria que era chamada Associação.

Em 1939 surgiu o Sindicato dos Enfermeiros Terrestres, em 1943 esta representação sindical abrangeu também os enfermeiros diplomados e práticos, visando ampliar seu quadro de associação. A principal luta da entidade foi transformar a categoria para profissional liberal e essa luta durou 20 anos, até que foi publicada a Portaria n. 94/62 que reestabeleceu a classificação da/do enfermeira/o e passou a ser a 21ª profissão liberal do quadro.

A publicação dessa Portaria sofreu uma grande resistência por parte da Federação Interestadual dos Enfermeiros, empregadas/os de hospitais e Casas de Saúde que tentaram a revogação, porém sem êxito.

Em 1944, essa associação passou a ser chamada de Associação Brasileira de Enfermeiros Diplomados (ABED), órgão que assumiu o papel de defender os interesses de profissionais e de fiscalizar o exercício da profissão. Esta associação detinha relacionamento estreito com jogos governamentais e apoiava a política definida pelo governo.

A ABED passa a existir em todos os Estados com uma forma de organizar as/os enfermeiras/os em todo país, a sede foi criada no Estado de São Paulo no ano de 1945, dentre seus objetivos estava a realização dos congressos nacionais como forma de criar receita para organizar a categoria.

Em 1947 foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de enfermagem num momento de efervescência política.

General Dutra, por decisão judicial, realizou intervenção nos sindicatos em 1948.

As/os enfermeiras/os da ABED preocupadas/os com a sua organização sindical criaram em 1950, com a volta de Getúlio Vargas, diversas associações profissionais. As primeiras foram criadas nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Brasília. Neste período houve a substituição da palavra enfermeiros por enfermagem, transformando a ABED em ABEN – Associação Brasileira da

Enfermagem.

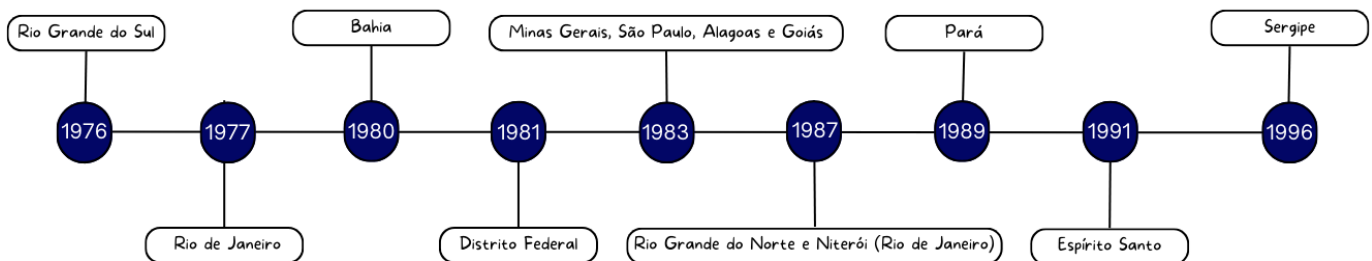
Em 1974, por meio de uma portaria ministerial alterou-se a denominação do Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde para Sindicato de profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados Em Hospitais e Casas de Saúde. Foi exatamente nessa época que surgiram os sindicatos em quase todos os Estados.

Porém, com a criação deste sindicato as/os enfermeiras/os questionaram o termo de profissionais, pois tal designação era reservada segunda concepção da maioria das/os portadoras/es de diploma de nível superior. Essa disputa não avançou, esses sindicatos, como são chamados os sindicatões, se fortaleceram em todos os Estados.

As associações profissionais das/os enfermeiras/os foram embriões para criação dos sindicatos específicos.

Em 1973 foram criados os Conselhos Federal e Regional de Enfermagem, o sistema COFEN/COREN, vinculada ao Ministério do Trabalho.

Durante 20 anos, no período entre 1976 e 1996, foram fundados 16 Sindicatos dos Enfermeiros, uma Federação e outros Foros da Enfermagem. Os sindicatos foram criados na sequência.



As principais reivindicações da categoria a partir da década de 80 relacionadas a melhores condições de vida envolviam a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, estabilidade no emprego, emprego, transporte, moradia, alimentação, saúde e educação pública, estadual e gratuita para todos, ratificação da 8ª Conferência Nacional de Saúde, reforma agrária sobre controle dos trabalhadores, salário mínimo real de acordo com o DIEESE e um sistema justo de previdência e assistência social.

Em defesa da democracia, a eleição livre e direta em todos os níveis, liberdade e autonomia sindical (ratificação da Convenção/87, fim do imposto sindical, sindicatos por ramo de produção e/ou atividades), filiação dos sindicatos da categoria às centrais sindicais pela readmissão dos sindicalistas demitidos. Houve mobilização

contra a Política Econômica em relação ao pagamento da dívida externa, pela revogação dos pacotes econômicos, contra a privatização das estatais, pela estatização dos bancos e congelamento dos preços dos gêneros de 1ª necessidade.

Entre as lutas específicas da FNE destacaram-se as lutas unitárias das/os trabalhadoas/res de enfermagem, a mobilização em prol do fortalecimento do Sindicato dos Enfermeiros e Sindicatos da Enfermagem. Em relação a melhores condições de trabalhos e salários buscava uma Lei do Exercício Profissional que atendesse as necessidades da categoria de enfermagem com garantia de mercado de trabalho, a Lei do piso profissional e jornada de trabalho, por isonomia salarial de acordo com nível de formação e carga-horária em todas as instituições empregadoras, pelo adicional de insalubridade pago com referência ao salário recebido pela categoria, pelo controle das condições insalubres, entre outras que mesmo sendo retomadas não obtiveram o sucesso.

No ano de 1986 foi a vitória do Movimento Participação na direção nacional da ABEN e a publicação da Lei do Exercício Profissional, contrapondo a Lei de 1956.

Em 1983 ocorreu o Encontro Nacional Sindicais e Pré-sindicais de Enfermeiros (ENESPSE) que tinha como delegadas apenas enfermeiras e decidiu-se que nos próximos encontros, a partir de 1984 participariam todas as categorias, entre técnicas, auxiliares e atendentes de enfermagem, com direito a voz e a voto, com isso ampliou a discussão da mudança do Foro de Enfermeiros para Foro da Enfermagem. Porém esses encontros tiveram baixa participação dos técnicos, auxiliares e atendentes de enfermagem, dado que estas categorias já compunham os sindicatos.

Foi então criada a Coordenação Nacional das Entidades Sindicais e Pré-sindicais da Enfermagem (CONESPE), que teve um papel importante de articulação geral e principalmente no Movimento Participação, responsável pela democratização da ABEN.

O CONESPE também foi responsável pela criação da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE) no ano de 1987, na Bahia, porém só registrada em 1989.

Ocorreu em 1988, em Salvador, o 7º ENESPSE onde se discutiu a necessidade de unificar as lutas e criar sindicatos de ramos de atividade.

Com a extinção dos dois eventos citados acima, criou-se o Congresso Nacional Sindical dos Enfermeiros (CONSE), em 1989, onde debateu-se sobre organização sindical e como avançar na organização de um sindicato único de trabalhadores de saúde.

Neste mesmo ano, foi criado o Fórum de Entidades de Enfermagem, composto pela FNE, COFEN, ABEN e a União Nacional dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem (UNATE), com a finalidade de resolver os conflitos existentes na equipe de enfermagem.

Em 1990 acontece o 2º CONSE, que propôs unificar para conquistar, com a principal deliberação de construir uma campanha salarial unificada e um calendário de lutas, porém a proposta não foi adiante.

Em 1992 foi realizado um ato em Brasília com a participação do COFEN, ABEN e UNATE para

pressionar a votação do PL 4.499/89 (Piso e jornada).

O 3º CONSE aconteceu em 1993, com a pauta de lutas gerais para aprovação desse PL 4.499/89.

Em 1995 ocorreu o 4º CONSE, com a temática: “Quanto vale o trabalho do enfermeiro?” a avaliação do período apontava para um retrocesso na participação das/os enfermeiras/os. Nesse mesmo período foi criado um grupo que se nomeou de MOVIMENTAÇÃO, com um calendário de atividades organizados pela FNE e ABEN, visando a democratização do sistema COFEN/COREN e a derrubada do veto do PL 4.499/ 89.

No ano de 1997 realizou-se o 5º CONSE, com tema “As transformações no mundo do trabalho e na enfermagem.”, devido a necessidade de mudanças no movimento sindical para resistir a destruição de direitos provocados pelo projeto neoliberal. A FNE traçou um plano de lutas para contrapor ao neoliberalismo e reformulou-se, neste evento, o estatuto transformando a entidade para Federação Nacional da Enfermagem.

Obs1.: O PL 4.499/89 passou pela discussão na Câmara e no Senado, tendo que ser desmembrado, passando a ser PL 29/95 referente às 30 horas semanais. Em 21 de dezembro de 1995 o presidente em vigor, Fernando Henrique Cardoso, vetou totalmente o projeto.

A FNE com o apoio da ABEN, fizeram vários movimentos em Brasília para derrubada do veto.

Obs2.: Em setembro de 1999 ocorreu o assassinato de Edma e Marcos Valadão, presidenta do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro e presidente da ABEN – RJ, respectivamente.

Obs3.: O PL 29 foi arquivado durante 8 anos, depois voltou para Comissão de Seguridade Social. A FNE juntamente com a ABEN realizou várias mobilizações para conseguir desarquivar. Este PL quando desarquivado, passou a ser PL 2295/00, sendo necessário seguir todo rito já cumprido anteriormente como PL 4.499/ 89, para conseguir derrubar o veto do presidente, sem êxito até o presente momento.